

# Mudanças recentes no mercado de trabalho rural

---

*Mauro Del Grossi*  
*José Graziano da Silva*

## INTRODUÇÃO

Fato marcante no Brasil é a emergência de uma nova ruralidade nas últimas décadas, expressada principalmente pelo crescimento de populações com residência rural e ocupados em atividades não-agrícolas. Por outro lado, as populações ocupadas em atividades agrícolas vêm apresentando uma trajetória descendente desde o Plano Cruzado. O contínuo progresso técnico na produção agropecuária tem levado a uma simplificação das tarefas agrícolas<sup>1</sup>, principalmente com a terceirização de operações mecanizadas. Os estabelecimentos que antes necessitavam de famílias numerosas para dar conta das várias tarefas no dia-a-dia da agricultura, necessitam de cada vez menos pessoas. Por outro lado, estão crescendo novas atividades no meio rural, e com ocupações não-agrícolas, que acabam absorvendo parte da mão-de-obra excedente da agricultura modernizada.

Várias dinâmicas econômicas regionais colaboram para as ocupações não-agrícolas entre os residentes rurais. Nas regiões onde existe uma forte dinâmica imobiliária, observa-se a expansão das construções rurais, quer para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior, quer para moradia da população menos favorecida. As dificuldades crescentes para ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, aliadas ao avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda. Dessa forma, o meio rural também tem se tornado o espaço restrito

---

<sup>1</sup> Agrícolas no sentido genérico do termo, referente as atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

à moradia, revelando assim uma de suas novas funções, além da produção de alimentos.

Neste trabalho, analisar-se-á o comportamento das atividades agrícolas e não-agrícolas, a luz dos novos resultados das PNADs para os primeiros anos desta década.

## A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA RURAL E AGRÍCOLA

Como mostravam os dados do Projeto Rurbano<sup>2</sup>, o emprego agrícola experimentou uma significativa redução nos anos 90, mas o crescimento das ocupações não-agrícolas compensou a redução do primeiro e estabilizou a PEA rural, ao contrário do que ocorria nas décadas anteriores (Tabela 1).

Sempre é oportuno lembrar que a PEA<sup>3</sup> agrícola varia muito conforme o período de referência adotado na entrevista (semana, mês ou ano), dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias. Como na definição usual da PEA adotada pelo IBGE toma-se como critério sempre a última semana de setembro, esse será também o período de referência adotado neste trabalho, ainda que se reconheça que esse procedimento subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano.

Vale esclarecer a definição de áreas rurais no país: no Brasil, a definição das áreas urbanas/rurais é feita por cada município, por meio de leis municipais, definindo o perímetro urbano. Nessa tomada de decisão são considerados vários fatores, como estender os equipamentos públicos (arruamentos, água tratada e esgotos, postos de saúde, etc), densidade demográfica, arrecadação de impostos, entre outros. Após a definição do perímetro urbano, as áreas rurais são as áreas restantes do município. Na verdade, o rural é definido como uma categoria residual das áreas urbanas.

---

<sup>2</sup> É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”. Para maiores informações consulte a homepage do Projeto Rurbano (< [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br) >, entrar em Núcleo de Economia Agrícola).

<sup>3</sup> Nos trabalhos do Projeto Rurbano que envolvem comparações entre os anos 80 e 90 utilizamos sempre a série reconstituída a partir dos microdados que denominamos de “População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados das PNADs de 1992 a 1999, aos quais designamos de “PEA ampliada”. Del Grossi (1999) mostrou que a diferença entre as duas séries – que ele designou de “expansão conceitual” – era formada basicamente de aposentados, jovens em idade escolar, e de mulheres envolvidas nas suas tarefas domésticas, como cuidados com hortas domésticas e pequenos animais.

**Tabela 1.** População residente segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil<sup>a</sup>, 1981/1999 (milhões de pessoas)

Área censitária	Milhões de pessoas			Taxa crescimento (% ao ano)			
	1981	1992	1999	1981/92	1992/99		
<b>Urbano</b>	85,2	113,4	127,8	2,6	***	1,7	***
<b>Ocupados<sup>b</sup></b>	31,7	46,5	52,8	3,6	***	1,8	***
<b>Agrícola</b>	2,6	3,7	3,4	3,3	***	-1,6	***
<b>Não-agrícola</b>	29,1	42,9	49,3	3,6	***	2,0	***
<b>Rural</b>	34,5	32,0	32,6	-0,7	***	0,2	***
<b>Ocupados</b>	13,8	14,7	14,9	0,6	***	-0,2	***
<b>Agrícola</b>	10,7	11,2	10,2	0,4	***	-1,7	***
<b>Não-agrícola</b>	3,1	3,5	4,6	1,2	***	3,7	***
<b>Total</b>	119,7	145,4	160,3	1,8	***	1,4	***

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.  
 \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.

Ocorre que o IBGE atualiza seus mapas cartográficos decenalmente quando da realização dos censos demográficos, onde as áreas incorporadas legalmente aos perímetros urbanos dos municípios são reclassificadas para fins das estatísticas demográficas. Por esta razão, infelizmente as informações das PNADs dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as dos anos 90. Isso vale dizer, que os domicílios que residiam em periferias urbanizadas ao longo dos anos 90 só passaram a ser contados como ‘urbanos’ a partir do Censo Demográfico de 2000. Desta forma, a população rural reduz de 32,6 milhões de pessoas em 1999, para 27,3 milhões de pessoas em 2001, com uma redução de mais de 5 milhões de pessoas. Apenas parte dessa redução, e talvez a menor delas, deve-se à tendência secular de queda da população agrícola. Outra parte deve-se a redução das áreas rurais pela reclassificação da base censitária.

Pelas razões acima, optamos por apresentar a série das ocupações nos anos 2000 em separado dos anos anteriores (Tabela 2). Tomando o último ano disponível, a PNAD apontou 29% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, envolvendo 3,7 milhões de pessoas em 2004. Vale a pena assinalar também que o crescimento das pessoas ocupadas

em atividades não-agrícolas e residentes no meio rural continua forte (+2,2%<sup>a</sup>), mas num ritmo inferior ao da década anterior quando atingiu as taxas de +3,7%<sup>a</sup>.

**Tabela 2.** População segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil<sup>a</sup>, 2.001-2004 (milhões de pessoas).

Situação do domicílio		Brasil (milhões de pessoas)				
		2001	2002	2003	2004	(% <sup>a</sup> a)
Urbano		143,4	145,9	148,4	151,1	1,8***
	Ocupados (b)	60,1	62,5	63,5	66,3	3,2***
	Agrícola	3,4	3,7	3,8	4,0	5,2***
	Não-agrícola	56,6	58,8	59,7	62,3	3,1***
Rural (a)		27,5	27,4	27,5	27,5	0,1
	Ocupados (b)	12,2	12,4	12,3	12,4	0,4
	Agrícola	8,8	9,0	8,9	8,8	-0,4
	Não-agrícola	3,4	3,4	3,4	3,7	2,2*

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.

Em linhas gerais, nos anos 2000 confirma-se a combinação de atividades entre os residentes rurais apontada nos anos 90. Mas enquanto nos anos 90 a PEA agrícola vinha se reduzindo, nos primeiros anos de 2000 as pesquisas apontam para uma estabilidade da PEA rural ocupada na agricultura em torno de 8,8 milhões de pessoas, no período 2001-2004. Também se destaca o acelerado crescimento significativo das pessoas ocupadas na agricultura com residência urbana, em contraposição com a forte redução observada na década anterior: em 2004 já eram 4 milhões de pessoas. Uma das possíveis explicações é o performance excepcional do *agrobusiness* brasileiro no início do século 21, em função dos elevados preços alcançados pelas *commodities* agropecuárias.

## AS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS

Quando se consideram o total dos ocupados na agricultura (urbano + rural), observa-se neste início de década uma retomada de crescimento da ocupação agrícola, contrariando o movimento anterior de queda que vinha ocorrendo desde do Plano Cruzado. Enquanto nos anos 90 a agricultura liberou quase 1,3 milhões de pessoas, entre os anos 2001 a 2004 ocorre uma retomada com 0,4 milhões de novas ocupações agrícolas, especialmente de empregos temporários, com e sem registro em carteira em carteira de trabalho (Tabela 3). Já entre as demais posições agrícolas (conta-própria, não-remunerados e empregadores) não possuem tendência significativa de crescimento. Os números absolutos apontam para constatações já bem conhecidas entre os pesquisadores deste tema: praticamente a metade dos nossos assalariados agrícolas não possui vínculo permanente de trabalho, e a grande maioria desses não possui registro formal de trabalho.

É importante observar entre 2001/2004 o crescimento dos empregados com registro em carteira de trabalho, tanto entre os permanentes como entre os temporários. Essa tendência à formalização das relações de

**Tabela 3.** Posição na ocupação dos ocupados na agricultura, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001-2004. (milhares de pessoas)

Agricultoras Posição na ocupação	2.001	2.004	Diferença	Taxa 01/04	
			(04-01)	(% <sup>a</sup> a)	
<b>Ocupados agrícolas</b>	12.270	12.746	476	1,2	*
<b>Empregados permanentes</b>	2.418	2.424	6	-0,0	
<i>com registro</i>	1.060	1.185	125	3,4	*
<i>sem registro</i>	1.359	1.239	-120	-3,0	*
<b>Empregados temporários</b>	1.928	2.366	438	7,2	***
<i>com registro</i>	155	340	185	29,6	***
<i>sem registro</i>	1.773	2.026	253	4,7	***
<b>Conta-própria</b>	4.069	4.168	99	0,9	
<b>Não-remunerados</b>	3.376	3.277	-99	-1,3	
<b>Empregadores</b>	479	512	32	3,0	

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.  
\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

- exclui as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.
- PEA restrita: exclui os ocupados na produção para autoconsumo e não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho.

trabalho já vinha sendo observada desde os anos 90, e se mantém neste início de década.

O crescimento dos assalariados com registro em carteira, captado pela PNAD, está compatível com as estatísticas do Cadastro Geral do Empregados e Desempregados (Caged)<sup>4</sup>, que por sua vez registram a contratação e demissão dos assalariados brasileiros (Tabela 4). No Caged, entre out/2001 a set/2004<sup>5</sup>, a agropecuária teve um saldo de quase 190 mil novos empregos formais. Curiosamente, para o ano de 2005 se observa uma desaceleração ou mesmo queda do número de empregados agrícolas formais pelos dados do Caged, que deverá ser captada pela PNAD de 2005.

A riqueza das informações das PNADs em relação ao Caged é captar todos ocupados, independentemente do vínculo empregatício, permanente ou temporário, e além de possibilitar identificar a sua situação do domicílio (Tabela 5).

Dessa forma, segundo a PNAD, entre os residentes urbanos com atividade agrícola, cresce o número de empregados, especialmente dos temporários, tanto no mercado formal quanto informal de trabalho. Outro movimento importante entre os residentes urbanos com atividades agrícolas é o crescimento dos trabalhadores como conta-própria, podendo indicar um movimento da agricultura familiar em direção aos núcleos urbanos mais próximos, a procura dos equipamentos públicos (saúde, educação, energia elétrica, etc).

Já entre os residentes rurais ocupados na agricultura temos dois movimentos contrários importantes: está reduzindo o número de empregados permanentes, especialmente os 'sem registro', e cresce o número de empregados temporários, também com destaque para os 'sem registro'.

A retomada do crescimento dos empregos temporários, notadamente entre os residentes urbanos, relembra o que ocorreu no Brasil durante os anos 80. A diferença fundamental nos anos mais recentes é a participação importante de mão-de-obra com registro em carteira, ao contrário da predominância da informalidade dos anos 80.

---

<sup>4</sup> Cadastro Geral do Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>5</sup> A utilização mais adequada dos dados do Caged é do período de julho a junho, compreendendo o ano agrícola, mas para efeito de comparação de tendências com a PNAD, optou-se pelo período outubro a setembro. É oportuno chamar a atenção que os números absolutos não são comparáveis pela natureza distinta das duas fontes de informação.

**Tabela 4.** Evolução do saldo de crescimento<sup>1</sup> do emprego formal na agropecuária, segundo as regiões brasileiras e nos períodos recentes.

Regiões	Saldo de crescimento CAGED			
	Out/01 a Set/02	Out/02 a Set/03	Out/03 a Set/04	Out04 a Set/05
Norte	1.483	5.512	5.819	1.069
Nordeste	5.168	17.215	12.830	-1.676
Sudeste	26.623	-402	71.429	-5.757
Sul	-2.857	8.224	9.997	2.096
Centro-Oeste	-225	15.032	12.489	-6.471
<b>BRASIL</b>	30.192	45.581	112.564	-10.739

Fonte: MTE-Caged.

1 – o ‘saldo de crescimento’ é a diferença entre trabalhadores admitidos menos os desligados.

## OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DOS RESIDENTES RURAIS

Nos anos 90, já se observava que a presença das atividades não-agrícolas entre os residentes no meio rural brasileiro não é exclusividade de uma região específica, mas está disseminada por todo o país. Em outras oportunidades, já apontamos que o Nordeste, Região rural mais populosa do Brasil, também concentrava o maior contingente com essas ocupações. Mesmo no Centro-Oeste, onde era esperado um crescimento da população envolvida com atividades agrícolas, devido à expansão das culturas temporárias nos cerrados nos anos 90, também se observava uma redução da PEA agrícola rural acompanhada do crescimento da PEA rural não-agrícola. Em São Paulo, a população rural não-agrícola já superava desde 1997 a população rural agrícola (Campanhola & Graziano da Silva, 2000).

Uma novidade importante da PNAD de 2004 é a abrangência das áreas rurais da Região Norte do país. Até 2003 essas áreas não eram amostradas pelas PNADs, sob a principal alegação de dificuldade de acesso. Tal lacuna foi sanada a partir de 2004, onde também se observa uma forte combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre os residentes rurais (Tabela 6).

Antes de prosseguirmos, um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no mesmo

**Tabela 5.** Posição na ocupação dos ocupados na agricultura, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001-2004. (milhares de pessoas)

Agricultoras Posição na ocupação	2.001	2.004	Diferença	Taxa 01/04	
			(04-01)	(% <sup>a</sup> a)	
<b>Residência urbana</b>	3.423	3.989	566	5,2	***
Empregados permanentes	890	972	82	2,4	*
<i>com registro</i>	425	524	100	6,4	**
<i>sem registro</i>	465	447	-18	-1,5	
Empregados temporários	881	1.153	272	9,7	***
<i>com registro</i>	125	266	141	28,3	***
<i>sem registro</i>	756	887	131	5,9	**
Conta-própria	1.020	1.146	126	4,0	***
Não remunerados	430	459	29	2,7	*
Empregadores	202	259	57	7,5	**
<b>Residência rural</b>	8.846	8.757	-89	-0,4	
Empregados permanentes	1.528	1.452	-76	-1,6	***
<i>com registro</i>	635	661	26	1,3	
<i>sem registro</i>	893	791	-102	-3,7	*
Empregados temporários	1.047	1.213	166	5,0	***
<i>com registro</i>	30	74	44	34,6	**
<i>sem registro</i>	1.017	1.139	122	3,8	**
Conta-própria	3.049	3.021	-27	-0,2	
Não-remunerados	2.945	2.818	-128	-1,9	
Empregadores	277	253	-24	-0,4	

Fonte: Projeto Urbano, processamento das PNADs.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) exclusive as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.

b) PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para autoconsumo e não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho.

local. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter seu local de trabalho num centro urbano próximo. É por esta razão que as designamos de: Ocupações Não-Agrícolas de Residentes Rurais (ONARR). Em casos como esses, o fato de medirmos as ocupações rurais não-agrícolas a partir do local de residência pode levar a uma superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural. Mas isso também pode ser entendido como uma “nova função” não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas.

**Tabela 6.** População rural ocupada segundo o ramo de atividade.  
Região Norte do Brasil, 2004 (mil pessoas).

Estado	PEA rural ocupada <sup>(a)</sup>		
	Agrícola	Não-agrícola	
	(1.000)	(1.000)	(%)
Acre	58	26	31%
Amapá	10	8	44%
Amazonas	201	86	30%
Pará	529	306	37%
Rondônia	182	69	28%
Roraima	13	10	44%
Tocantins <sup>(b)</sup>	101	36	26%
<b>NORTE</b>	1.093	541	33%

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

Notas:

- a) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.  
b) Já era integrante do plano amostral da PNAD.

Outro ponto abordado no Projeto Rurbano referiu-se à distribuição e evolução do número de pessoas nas diferentes áreas censitárias do país, procurando minimizar o efeito das periferias de cidades na enumeração da população ocupada em atividades não-agrícolas. Com esse objetivo, o projeto, em sua fase III, agrupou em quatro a oito diferentes aberturas disponíveis nas PNADs, para apreender melhor as situações intermediárias do *continuum* urbano-rural<sup>6</sup>. Essas duas categorias intermediárias são: a periferia<sup>7</sup>, formada por aquelas áreas que são extensões das áreas urbanas, mas que não dispõem da infra-estrutura e dos serviços que deveriam caracterizá-la; e os povoados, que se constituem em aglomerações rurais e isoladas, não possuindo assim nenhuma contigüidade com centros urbanos<sup>8</sup>.

Considerando os níveis geográficos acima descritos, a população total residente em áreas rurais eminentemente agropecuárias se reduz para 24

<sup>6</sup> Essas aberturas procuram dar conta do *continuum* existente entre as áreas urbanas urbanizadas que possuem toda a infra-estrutura e os serviços públicos básicos (como luz, água e coleta de lixo) até aquelas áreas rurais destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural agropecuário).

<sup>7</sup> Estudos do projeto rurbano anteriores, mostraram que esta categoria tinha pouca expressão nos dados das PNADs.

<sup>8</sup> Para uma explicação mais detalhada dessas áreas, ver Souza (2000).

milhões de pessoas. Outra análise permitida pelas PNADs é isolar o efeito das Regiões Metropolitanas<sup>9</sup> sobre as ocupações. Doravante, para destacar a importância da nova ruralidade nas áreas eminentemente agropecuárias, utilizar-se-á este nível de detalhamento: áreas agropecuárias de zonas não-metropolitanas. Dessa forma, a Tabela 7 apresenta os residentes nas áreas rurais agropecuárias de regiões não-metropolitanas: existe uma população estável em torno de 23 milhões de pessoas, sendo que 24% da população ocupada estava envolvida em atividades não-agrícolas, e crescem a uma taxa significativa de 2,5%<sup>a</sup> no período 2001-2004.

A tabela 7 ainda revela outra novidade brasileira já captada nos anos 90 e que se mantém estabilizada nesta década: a presença de pessoas desempregadas, mas mantendo a residência rural. Até meados anos 80, a residência rural era sinônimo de ocupação, e quando se perdia o vínculo com a atividade agrícola, também se perdia a residência na área rural. Essa é mais uma das facetas de urbanização das áreas rurais brasileiras.

## ATIVIDADES DAS ONARRS

A população ocupada pode ainda ser classificada pelos vários ramos de atividade. O desmembramento é especialmente interessante para a população rural envolvida com atividades não-agrícolas, pois fornece elementos para a analisar o que há de novo nas ocupações.

Outra observação importante é a dificuldade de restabelecer longas séries históricas detalhadas dessas atividades. A partir de 2002 o IBGE adotou nova classificação para as atividades (CNAE<sup>10</sup> – domiciliar) e ocupações (CBO<sup>11</sup> – domiciliar), que infelizmente não é compatível com a classificação dos anos anteriores. Dessa forma, as séries de atividades não-agrícolas listadas doravante iniciam em 2002.

A primeira consequência da utilização do período 2002-2004 é a relativa estabilidade das atividades não-agrícolas, contrariamente ao observado no período 2001-2004. Também se sobressai a taxa significativa de redução da PEA agrícola residente em áreas rurais quando se consideram

---

<sup>9</sup> São Regiões Metropolitanas nas PNADs: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, e todo o Distrito Federal.

<sup>10</sup> Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

<sup>11</sup> Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

**Tabela 7.** População ocupada e residente em áreas rurais agropecuárias de zonas não-metropolitanas. Brasil<sup>(a)</sup>, 2001-2004. (mil pessoas)

Situação do domicílio	Condição e ramo de atividade	2.001	2.004	Taxa 01/04	
				(% <sup>a</sup> a)	
Rural agropecuário não-metropolitano		23.246	23.083	-0,2	
Economicamente ativos		10.822	10.965	0,3	
	Agrícola	8.193	8.107	-0,4	
	Não-agrícola	2.346	2.544	2,5	*
	Procurando emprego	282	314	2,8	
Não economicamente ativos		12.424	12.118	-0,6	

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Nota: não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

apenas os anos 2002-2004, diferentemente de quando se utiliza o período 2001-2004.

O ramo de serviços ocupa 2/3 das ONARRs, principalmente com 'serviços domésticos', 'comércio e reparação' e 'educação, saúde e serviços sociais', enquanto que o ramo da indústria tem a liderança individual da 'indústria da transformação' como o ramo que mais ocupa a mão-de-obra residente em áreas rurais (Tabela 8).

Tomando as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas, porém agora classificadas segundo a atividade do empreendimento (CNAE – domiciliar) em que trabalhavam, pode-se observar em maior detalhe as atividades onde se ocupavam essas populações (Tabela 9): serviços domésticos, educação pública e construção civil são os setores líderes na ocupação dessa população.

Nos anos 90, as ocupações em alta no meio rural eram: empregados domésticos, construção civil, serviços conta-própria, professores de primeiro grau e vendedores, e se constatava que eram profissões que requeriam baixa qualificação e pouca escolaridade<sup>12</sup>. Também nos anos mais recentes, entre

<sup>12</sup> Mas é inadequado generalizar indiscriminadamente a baixa qualificação profissional, pois existem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, contudo sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs. Isso não deixa de ser também algo de novo no rural brasileiro, ou seja, o fato de que profissionais liberais não ligados a atividades agropecuárias venham a residir em áreas rurais.

**Tabela 8.** População ocupada residentes em áreas rurais agropecuárias de zonas não-metropolitanas. PEA restrita. Brasil, 2002-2004 (mil pessoas).

Ramos de atividade	2002	2004	Taxa 02/04	
			(% <sup>a</sup> a)	
<b>Região não-metropolitana - rural agropecuário</b>	23.066	23.083	-0,2	
<b>Agrícola</b>	8.325	8.107	-1,5	*
<b>Não-agrícola</b>	2.369	2.544	3,6	
<b>Indústria</b>	856	892	2,0	
<b>Outras atividades industriais</b>	45	55	9,7	
<b>Indústria de transformação</b>	588	621	2,7	
<b>Construção civil</b>	223	216	-1,6	*
<b>Serviços</b>	1.513	1.652	4,5	
<b>Comércio e reparação</b>	366	396	4,0	
<b>Alojamento e alimentação</b>	85	90	3,5	*
<b>Transporte, armazenagem e comunicação</b>	91	109	9,3	
<b>Administração pública</b>	137	155	6,3	
<b>Educação, saúde e serviços sociais</b>	308	317	1,5	*
<b>Serviços domésticos</b>	414	449	4,1	
<b>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</b>	60	81	16,0	
<b>Outras atividades</b>	43	49	6,5	
<b>Atividades mal definidas</b>	8	6	-15,4	

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.  
 \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

- a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins;  
 b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

2002 a 2004, é possível constatar essa baixa qualificação entre os residentes rurais com atividades não-agrícolas (Tabela 10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto nos anos 80 a PEA agrícola crescia significativamente apenas nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde ainda havia um movimento de expansão da fronteira agrícola, nos anos 90 notou-se uma

**Tabela 9.** Atividades mais frequentes das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas, segundo as atividades dos empreendimentos (CNAE – domiciliar). PEA restrita. Brasil<sup>(a)</sup>, 2002-2004 (mil pessoas).

Situação do domicílio	Atividade principal do empreendimento	2002	2004	Taxa 02/04 (% <sup>a</sup> a)
Regiões não-metropolitanas - rural agropecuário		23.066	23.083	-0,2
Não-agrícolas <sup>(b)</sup>		2.369	2.544	3,6
	Serviços domésticos	414	442	3,2
	Educação pública	239	249	1,6
	Construção civil	223	217	-1,6 *
	Administração pública: estado – município	114	88	6,2
	Comércio de produtos alimentícios	99	95	1,3
	Outros serviços de alimentação	70	68	7,6
	Comércio em vias públicas ou mercados	74	67	-1,7
	Fabricação de artefatos têxteis	81	95	-6,9
	Fabricação de produtos cerâmicos	27	48	-14,6
	Fabricação de produtos químicos	52	43	43,5 **
	Fabricação de outros produtos alimentícios	78	57	-4,7
	Confecção de artigos do vestuário	52	28	20,2
	Transporte rodoviário de passageiros	41	45	11,3
	Transporte rodoviário de cargas	36	60	5,1
Subtotal		1.579	1.652	2,3

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Notas: a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins;

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do país, especialmente em função da maior mecanização dos tratos culturais e das colheitas. Em compensação, em todas as regiões do país ocorreu elevado crescimento das atividades não-agrícolas e dos aposentados entre os residentes rurais, nos anos 90. Já no início dos anos 2000, os empregos agrícolas voltaram a crescer, especialmente entre os trabalhadores com domicílio urbano na condição de empregados temporários.

Diferentemente do que ocorrera nos anos 80, fortemente marcada pela informalidade entre os assalariados agrícolas temporários, nos primeiros anos desta década se observa uma presença importante e crescente dos temporários com registro em carteira de trabalho.

**Tabela 10.** Ocupações não-agrícolas mais frequentes dos residentes em áreas rurais agropecuárias de regiões não-metropolitanas. Nova classificação de ocupações (CBO – domiciliar). Brasil<sup>(a)</sup>, 2002-2004 (mil pessoas).

Situação do domicílio	Ocupação principal do trabalho	2.002	2.004	Taxa 02/04	
				(% <sup>a</sup> a)	
Regiões não-metropolitanas - rural agropecuário		23.066	23.016	-0,2	
	Não-agrícolas <sup>(b)</sup>	2.369	2.544	3,6	
	Trabalhadores dos serviços domésticos	393	426	4,0	
	Vendedores em lojas ou mercados	161	193	9,4	
	Trabalhadores na conservação de edifícios	77	96	11,8	
	Cozinheiros	75	80	3,2	
	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	81	79	-0,8	
	Ajudantes de obras civis	86	71	-9,0	
	Garçons, barmen e copeiros	49	65	15,4	
	Professores - ensino fundamental	72	62	-6,8	
	Vendedores ambulantes	63	55	-6,8	
	Condutores de veículos	44	51	7,8	
	Operadores de máquinas de costura	30	46	24,1	***
	Extrativistas florestais	21	46	49,7	*
	Agentes da saúde e do meio ambiente	47	40	-7,8	
	Trabalhadores artesanais da tecelagem	51	39	-12,9	***
	Subtotal	1.250	1.338	3,5	*

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins;

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

Outra característica importante deste início de década é a permanência do crescimento das atividades não-agrícolas entre os residentes rurais, a exemplo do que ocorreu nos anos 90, embora num ritmo menor. O perfil de prestadores de serviços ainda prevalece entre as atividades não-agrícolas, notadamente as que exigem pouca qualificação como os empregos domésticos, serviços de limpeza e vendedores.

Em 2004 o IBGE inovou incorporando na amostra da PNAD as populações das áreas rurais da Região Norte do país. As informações também revelaram uma presença importante de atividades não-agrícolas nesta população.

Antes de encerrar, sempre é oportuno lembrar: o novo rural não é composto somente de “amenidades”, para usar uma expressão muito em

moda nos países desenvolvidos. Como já dissemos, no Brasil a maior parte das ONARRs, por exemplo, não passam de trabalhos precários, com baixa remuneração.

O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas. Há novas formas de poluição e destruição da natureza associada tanto às novas atividades agrícolas, como às não-agrícolas. Mesmo nos condomínios rurais habitados por famílias de altas rendas, o tratamento do lixo e o esgotamento sanitário são muito precários na grande maioria dos casos. Da mesma maneira, embora até mesmo a empregada doméstica ganhe melhor que o “bóia-fria”, o maior nível de renda monetária propiciado pelas ONARRs nem sempre significa uma melhoria nas condições de vida e trabalho das famílias rurais não-agrícolas, especialmente quando isso implica na perda do acesso a terra e à impossibilidade de se combinar as rendas não-agrícolas com atividades de subsistência.

#### REFERÊNCIAS

BALSADI, O.; GRAZIANO DA SILVA, J. Qualidade do emprego no meio rural paulista nos anos 90. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 39, n. 4, p. 47-68, 2001.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. 7 v.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. CD ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, 2001.

SOUZA, M. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná*. 2000. Tese (Doutorado)- Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, Campinas, 2000.

## Resumo

Este trabalho apresenta as informações mais recentes sobre as ocupações das pessoas em atividades agrícolas, e também das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes no meio rural. Os ocupados não-agrícolas com residência rural mantêm a tendência de crescimento observada nos anos 90, enquanto que os ocupados agrícolas, notadamente os com residência urbana, invertem a tendência anterior de redução e passam por uma recuperação em número de pessoas ocupadas neste início de década.

## Abstract

*This work presents the most updated information concerning the occupation of persons who are engaged in agrarian activities, as well as of those engaged in non-agrarian activities who reside in rural areas. On the one hand, the non-agrarian group who resides in rural areas keeps the same growth tendency as observed in the 90's; on the other hand, the agrarian group, specially the one who resides in the cities, moves in the opposite direction by reversing the former tendency of reduction and starts recovering – in the beginning of this decade – the number of occupied people.*

## Os Autores

MAURO DEL GROSSI é professor da Universidade de Brasília (UnB) à disposição da Assessoria Especial da Presidência da República.

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA é oficial responsável pelo Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, e professor titular licenciado do Instituto de Economia da Unicamp.